



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 001009/01	DATA: 26/09/01
INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 15h59min	DURAÇÃO: 01h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h07min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 14
REVISORES: MARLÚCIA		
SUPERVISÃO:		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Definição da agenda dos trabalhos da Comissão e apreciação de requerimentos..

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da Segunda reunião, indagando se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, penso a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada. Esta reunião foi convocada para definição da agenda dos trabalhos da Comissão e deliberação de requerimentos. Antes de entrar na Ordem do Dia e passar a palavra ao Relator, esta Presidência presta alguns esclarecimentos ao Plenário. Atendendo à decisão da Presidência desta Casa, temos que proceder à publicação na Ordem do Dia das Comissões, para conhecimento prévio, dos requerimentos a serem apreciados nas reuniões de Comissões. Assim, cumprindo essa determinação, constam da pauta de hoje os requerimentos apresentados com a necessária antecedência. Aqueles requerimentos que vierem a ser apresentados durante ou após a reunião serão pautados para a reunião seguinte, ressalvadas as hipóteses de inclusão extrapauta previstas no Regimento no seu art. 52, §5º. Em relação à última reunião, o Requerimento nº 12, do Deputado Alberto Goldman, teve seu objeto atendido com a aprovação do Requerimento nº 6, do Deputado Milton Temer, de mesmo teor. Trata-se de convocação do Dr. Gustavo Loyola. O Requerimento nº14, da Deputada Rita Camata, está parcialmente atendido, também



em face da aprovação do Requerimento nº 6. Feitas essas observações, presto mais quatro informações. A primeira: na última sessão aprovamos a convocação do Dr. Gustavo Loyola para o dia de hoje. Entretanto, em função da agenda, e conforme contato realizado com o Dr. Gustavo Loyola, esta audiência ficou transferida para o dia de amanhã. Faço a observação — e até pedindo à Comissão compreensão — que, para as próximas convocações que forem aprovadas, seja dada uma margem, uma flexibilidade de dias para que a Presidência possa agendar com os convocados a definição das datas. Da mesma forma, a Presidência já encaminhou a requisição de funcionários e técnicos do Tribunal de Contas da União, do Banco Central e da Receita Federal, para participarem e colaborarem com a consultoria da Comissão. Da mesma forma, já encaminhamos uma solicitação de informação ao Senado, independentemente dos requerimentos que serão apreciados hoje, solicitando as auditorias referentes ao sistema financeiro realizadas por CPI daquela instituição. No mesmo sentido, ofício ao Diretor-Geral da Polícia Federal. E, ontem, juntamente com o Deputado Roberto Batochio e com o Relator, Deputado Alberto Goldman, estivemos com o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, antes até da formalização de qualquer solicitação. Pedimos ao Ministério Público que sejam solicitados a todas as procuradorias regionais todos os procedimentos em tramitação propostos pelo Ministério Público, independentemente de sua caracterização, quer seja ação penal, ação civil pública e investigação referentes ao PROER e às instituições financeiras que sofreram liquidação ou intervenção. Por fim, informar também que, a partir da próxima sessão, na próxima semana, a Consultoria permanentemente irá apresentar uma nota técnica dos dados já coletados para os Parlamentares, independentemente de outras informações que



venham a ser coletadas, para que se consiga, pelo menos na média, se ter um equilíbrio no acesso às informações que já vão se tornar disponíveis para esta Comissão. Feitas essas observações, passo a palavra inicialmente ao Sr. Relator, Deputado Alberto Goldman, para que apresente sua proposta de roteiro dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos uma proposta de um requerimento, é o Requerimento nº 32/01, para o qual eu vou pedir a preferência de votação. Queria explicar que esse requerimento consubstancia uma espécie de um roteiro. Estabelece uma forma lógica, ou pelo menos aparentemente lógica, de a gente enfrentar o andamento desta CPI. Procurei, nesse requerimento, buscar — de todas as propostas que foram feitas e de todos os requerimentos que foram feitos de convocação — aqueles que pudessem se encaixar dentro desse roteiro estabelecido. Não significa que aqueles nomes que não estão nessa — que eu estou chamando de primeira fase de trabalho — primeira fase de trabalho não possam, a qualquer momento... O requerimento fica sobrestado, ele fica pra ser votado a qualquer momento, aquele que não foi atendido na minha proposta de requerimento. Então, nós temos... A proposta é a seguinte, que está nas mãos dos senhores: 32/01. O Dr. Cláudio Ness Mauch, como ex-Diretor de Fiscalização do Banco Central, na época do PROER e na época prévia ao PROER também, para nos dar uma visão global do sistema de fiscalização do Banco Central e quais são as razões pelas quais se chegou às dificuldades dos bancos que acabaram entrando no programa. Eu tenho aqui uma seqüência, até por sugestão do Deputado Milton Temer, pretendo fazer algumas mudanças de seqüência. Aqui nós não estamos aprovando uma seqüência. Estamos aprovando



os nomes apenas. A seqüência a gente faria de acordo com alguns entendimentos que a gente pode fazer fora da própria votação. Mas, de qualquer forma, seguindo o requerimento, nós estamos convocando os proprietários ou, pelo menos, os controlados dos três bancos principais que sofreram intervenção: Banco Econômico, Banco Nacional e Banco BAMERINDUS. São eles: Ângelo Calmon de Sá, Marcos Catão Magalhães Pinto e José Eduardo Andrade Vieira, para eles darem sua visão da situação do seu banco e dos episódios todos que cercaram essa intervenção. Depois, nós teríamos o que chamei de os interventores e liquidantes. Na realidade, existem muitos interventores e liquidantes. Alguns foram mudados. Alguns ficaram alguns meses, entrou um outro. O liquidante é a mesma coisa. O liquidante era um e depois passou a ser outro. Eu procurei ter nesta relação de seis pessoas os interventores que estiveram no começo das intervenções, os liquidantes que estiveram no início das liquidações e liquidantes que estão atualmente ou que estiveram até há pouco tempo. Há casos em que alguns liquidantes saíram há pouco tempo, ficaram muito tempo, saíram há pouco tempo. Não teria muito sentido chamar o liquidante que está com pouco tempo agora, mas liquidantes que já estão... para que eles pudessem nos dar a visão deles sobre o banco, como o encontraram, o que encontraram, qual a situação em que estavam os bancos. Temos os nomes do Sr. Flávio Cunha, que foi o interventor e também foi liquidante do Banco Econômico; José Emílio Passos Carvalho Quintas, primeiro liquidante do Banco Nacional; Flávio Souza Siqueira, interventor e liquidante do Banco BAMERINDUS; Sérgio Rodrigues Prates, atual liquidante do Banco BAMERINDUS; o anterior, Francisco Salles Barbosa, primeiro interventor do Banco Econômico. Teríamos essas pessoas que nos dariam essa visão. Eu estou sentido a falta de um



aqui, desculpem-me. São seis. Eu quero acrescentar o Luiz Carlos Alvarez, que foi do Conselho do RAET do Banco Nacional, quando foi decretada a RAET, e o interventor do BAMERINDUS — eu tinha passado, desculpem-me, passou, acho que foi um erro aqui — e que foi também Diretor do Banco Central. De todos eles, talvez seja o mais importante. Eu queria acrescentar verbalmente o Luiz Carlos Alvarez. São seis. Depois nós teríamos Gustavo da Mata Machado, que é o chefe atual do Departamento de Operações Bancárias e responsável pelas intervenções e liquidações, para que ele pudesse nos dar a situação atual, como está o quadro atual dessas intervenções, dessas liquidações. Teríamos aí um grupo que eu chamei de especialistas, mas entre eles, o Gustavo Franco. Na realidade, como o Gustavo Franco também foi Diretor do Banco Central, então, prefiro trazer um pouco mais pra frente, mas como Presidente, ex-Presidente ou ex-Diretor do Banco Central que conhece, que já falou sobre o assunto muitas vezes, do que propriamente um especialista. E como especialista nós teríamos: Marcílio Marques Moreira, Mailson da Nóbrega, Antonio Kandir, José Roberto Mendonça de Barros, Dércio Garcia Munhoz, Paulo Nogueira Batista Júnior e Reinaldo Gonçalves. Estou atendendo não só à minha proposta, mas à da Deputada Rita Camata, em relação aos especialistas propostos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER — Eu só queria fazer uma pergunta a V.Exa., Deputado Goldman: faremos agora a discussão sobre a proposta ou ao final da sua leitura?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – No final. Deixa eu só terminar. Teríamos depois o Presidente da FEBRABAN, Gabriel Jorge Ferreira. Acho importante convocar alguém que está no sistema bancário, que é o Presidente da



Associação e que deve ter sua opinião sobre o que aconteceu. Depois, teríamos três pessoas — e aí são situações evidentes —: Tereza Grossi, atual Diretora de Fiscalização do Banco Central, para que nos mostre como caminharam as mudanças, ou seja como é que o Banco Central faz hoje sua fiscalização e como está acontecendo isso; Arminio Fraga, Presidente do Banco Central; Pedro Malan, Ministro da Fazenda. Com isso daqui, totalizaremos, 21, 22 e mais um que deixamos de fora, são 23 pessoas. Quero alertar que essas 23 pessoas, de acordo com... Nós não podemos colocar cinco ou seis no mesmo dia. Há alguns casos que tem que ser um só; em outros casos dois; em outros casos no máximo três. Acho que mais do que três numa sessão é muito difícil. Isso significa que devemos ter — na minha avaliação — cerca de seis, sete semanas de trabalho, usando dois dos dias da semana pra...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Deputado Alberto Goldman, eu ouvi com muita atenção e li. V.Exa. realmente elenca no requerimento o ex-controlador do Banco Econômico, quando da época da intervenção, o Dr. Ângelo Calmon de Sá. Na época do PROER, que recebeu injeções de recursos do Banco Central, o controlar não era o Dr. Ângelo Calmon de Sá, era o controlador do Banco Excel. Seria importante V.Exa. Porque este sim, o Banco Excel é que recebeu a gama dos recursos do Banco Central, não era mais o Dr. Ângelo Calmon de Sá controlador do banco na época.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não estou citando ninguém como injeção de recursos. Há uma segunda etapa. Nessa primeira etapa nós estamos chamando os bancos que sofreram intervenção. Eles eram controladores



do banco no momento da intervenção. O que ocorreu depois é o que nós vamos avaliar, evidentemente. Nada impede que sejam chamados depois os novos...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Estou vendo aqui CPI-PROER, entre parênteses.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ou seja, no momento da intervenção, ou seja, no momento...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – E não foram só esses três bancos. Não foi só o BAMERINDUS. Porque o grosso de que se fala e que realmente desperta grande atenção nossa aqui, Sr. Relator, é que os bancos que realmente receberam essa gama enorme de recursos do Banco Central, e que se chamou corriqueiramente, nós chamamos de aqueles que foram socorridos pelo PROER, apenas três constam aqui. Nem três. O Excel não consta. Só o BAMERINDUS e o Banco Nacional.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu vou explicar a V.Exa. Quem entra no programa do PROER são os bancos que sofrem a intervenção. Depois, há uma negociação de mercado, Excel, HSBC, os bancos. No momento em que o PROER manda decretar a intervenção, há controladores desses bancos. Depois os bancos são negociados, foram vendidos, as ações foram desapropriadas e foram passadas para outros proprietários. Mas no momento da intervenção, estou procurando os três controladores no momento da intervenção. Nada impede de chamarmos depois os novos controladores seguintes.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Justamente foram os novos controladores que receberam a gama de recursos. Não os ex-controladores.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Vamos entender melhor essa coisa. Na realidade, não queria entrar na discussão, porque nós já estaríamos entrando na discussão substantiva da matéria. Mas nada impede, como a primeira fase é essa, de termos o quadro todo posto, qual era a situação anterior, como é que foi a intervenção, o que é que se deu depois em relação às ações do Banco Central, principalmente. Mas nada impede, de imediatamente após, numa segunda fase, chamarmos os novos controladores de bancos ou quem quer que seja. Exatamente essas 23 audiências vão dar-nos várias e várias propostas de novas pessoas a serem chamadas. Nada impedi isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Deputado Goldman, até para tentar clarificar essa questão. Na verdade, eu entendo perfeitamente a preocupação do Deputado em relação à convocação dos bancos que assumiram a parte boa, que são as agências, os funcionários, tanto no caso dos três principais: UNIBANCO, Excel e HSBC.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só com uma observação, Deputado. Os três bancos que estão sendo colocados aqui, foram sete intervenções. Essas três representam 90% do volume de recursos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim. São as principais, são as mais representativas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou me restringindo a esses três. Acho que não adianta irmos ao sétimo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Apenas para concluir o raciocínio. No caso particularmente do UNIBANCO, que assumiu o Banco Nacional, a negociação foi concomitante, e também com o HSBC. Na verdade, quando houve a



decretação da RAET, já havia simultaneamente a decisão política, através de uma negociação que durou algumas semanas, sem que a gente soubesse, para entregar a parte boa ao banco “x”. Foi assim com o UNIBANCO e com o Nacional. No caso do BAMERINDUS e do HSBC, também. No caso do Banco Nacional com o Excel, não. Houve um hiato entre a decretação e a decisão de se fazer uma solução via Excel. A preocupação é boa. Só não concordo com o tempo. Acho que é melhor, nessa primeira fase, ouvir essa lista e depois desdobrar para as conseqüências. Queria aproveitar que estou com a palavra e sugerir dois nomes que foram aqui também esquecidos. Um, o do ex-Presidente do Banco Central, Dr. Persio Arida, que, embora não sido quem conduziu o processo do PROER, mas ele gerenciou aquela fase em que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal injetaram pesados recursos via empréstimos do Interbancário para sustentar a posição particularmente do Econômico e do Nacional.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Para a intervenção, então?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Para a intervenção. Ou seja, qual foi a análise que o Banco Central fez em relação aos procedimentos daquele momento, que adiou de certa forma uma solução que poderia...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou de acordo. Podemos aprovar a convocação do Persio Arida.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso. E o outro nome que...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu não tinha a justificativa. Não sabia o porquê. V.Exa. está me dando a justificativa, acho que está tudo bem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Outra sugestão é do ex-Presidente da FEBRABAN e FENABAN no momento do PROER, que era o então



Presidente Maurício Schuman, executivo também do BAMERINDUS e que naquele momento presidia a FEBRABAN. Embora o Dr. Gabriel Jorge Ferreira possa trazer um posicionamento não apenas político, mas também o histórico da instituição, quem viveu a presidência da FEBRABAN naquele momento talvez possa trazer uma contribuição importante, em termos de histórico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Se o Regimento me permitir, eu faço uma emenda também aqui ao requerimento incluindo o nome de Maurício Schuman.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Faço duas observações, Deputado Milton Temer. Para que não se crie precedente, o Dr. Luiz Carlos Alvarez estava num dos requerimentos indicados. Então foi um erro material ele não ter sido incluído. O nome do Dr. Persio Arida consta do requerimento do Deputado Milton Temer. Portanto, não há problema de ser acrescentado. Com relação ao Dr. Maurício Schuman — se for assim entendimento do Relator — nós colocamos o requerimento em votação para que se estabeleça esse procedimento, porque quando é consensual, muito bem, mas para evitar matéria que possa gerar algum tipo de polêmica.

Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Bom, eu estou inteiramente de acordo com a sistematização inicial do Relator, Deputado Alberto Goldman. Só queria fazer algumas pequenas observações, que já fiz particularmente. É que eu quero entender que essa não seja a ordem cronológica de convocação. Eu acho que — e aquilo nós



conversamos antes — no meu entendimento é que, já mantido contato com o Dr. Cláudio Mauch, não há problema que ele seja o primeiro. Mas eu acho interessante que os nomes que devam abrir a bateria de audiências públicas sejam os das pessoas, as quais não estaremos inquirindo como testemunhas. Eles são prestadores de informação e recuperadores de memória. São de boa esses nomes que o próprio Relator escolher.

Queria sugerir apenas um nome, porque foi pessoa importante na Assessoria da Federação Nacional dos Bancos e no Sindicato dos Bancários, que trabalhou muito na primeira fase, que é um economista de São Paulo, professor da PUC de São Paulo, que é Carlos Eduardo Carvalho. E eu sugeriria — e isso aqui vou deixar preciso. Eu tenho a impressão de que, pra nós, a melhor coisa — até porque dúvidas, por exemplo, como essas colocadas a respeito do Excel, quando é que entra e tal, essa recuperação de memória é fundamental que ela ocorra no início. Que esses economistas abrissem a nossa bateria de debates. Eles seriam úteis a nós. Eles dariam uma visão ao Relator, que tem a preocupação de ter sugestões de modificação e de questão do sistema financeiro. A todos nós será útil que os formuladores e os pensadores, que têm a memória, abram os debates, para que sejam muito mais ricos e produtivos os questionamentos que surgirão para as pessoas que participaram diretamente dos problemas. Acho que é importante considerar também, Sr. Relator, que eu entendo que um dos nomes que eu já gostaria de ver colocado na primeira fase, eu entendo pelo argumento de V.Exa. agora e pela forma como V.Exa está operando, que eu não vou insistir com um nome agora, que eu acho que era essencial, porque o Banco Econômico foi quem fez a negociação em nome do Banco Central. Eu tenho certeza de que será uma



resultante obrigatória. Nós vamos convocar o Sr. Daniel Dantas, Presidente do Banco Opportunity, já naquela época, que foi quem operou a negociação no Banco Econômico.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Um real.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Pois é. Desse eu abro mão. Pode ser uma consequência natural dos depoimentos que surgirão: do Gustavo Loyola etc. Agora, eu queria sugerir que outros estivessem na primeira parte. Eu acho que são fundamentais para nós três nomes pelo menos, dois nomes, aliás, da parte patrimonial, não da parte criminal, mas os dois procuradores que, no Ministério Público Federal do Distrito Federal, Osvaldo Barbosa Silva e José Leovegildo, foram os responsáveis pelas ações na Justiça que, do Ministério Público, foram feitas com respeito ao PROER, só na questão patrimonial, aqui no Distrito Federal. Eu informo que o procurador José Leovegildo já está aposentado. E hoje quem cuida do conjunto das ações é uma nova procuradora, mas ela não participou naquele momento. Agora, esses procuradores que investigaram, que tiveram muita dificuldade, que tiveram problemas, achava importante que fossem colocados nessa primeira parte, porque certamente nos darão subsídios para discussões com os controladores anteriores e com os interventores. Seria interessante considerar esses nomes.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu quero concordar em parte com o Deputado Milton Temer. Farei convite ao Sr. Carlos Eduardo Carvalho. Poderemos incluí-lo em uma proposta.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FORTES – Sr. Presidente, apenas, Sr. Relator, ao ler a lista...



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É só para terminar...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FORTES – Desculpe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Concordo em colocar mais à frente, não sei exatamente essa ordem, o Gustavo Franco e o José Roberto Mendonça de Barros, talvez mais na frente, que acompanharam esse processo todo. Falamos sobre ele exatamente na sugestão, de como informante, como especialistas, nós poderíamos chamar talvez mais o Dércio Munhoz e o Paulo Nogueira Batista ao mesmo tempo, porque nós teremos dois que têm posição de um lado e dois com posição do outro, pelo menos aparentemente, pra fazer esse trabalho de especialistas em apresentação. Então, eu não tenho nenhuma objeção em colocar isso aqui. Agora, tenho objeção neste momento de que se coloquem os procuradores. Gostaria que V.Exa. fizesse, nesse caso, um requerimento, para que a gente pudesse analisar os nomes dessas pessoas e ver exatamente quem são. E acho que não deve ser neste momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Deputado Alberto Goldman, só um aparte. Penso o seguinte: não sei se eu peguei ou estou pegando pelo meio do caminho o ordenamento. Quer dizer, na primeira fase, no primeiro momento, ouvir a arquitetura do plano do PROER, aqueles que conceberam o plano e a organização do plano e suas finalidades, pra poder ter, no momento seguinte, aqueles que são...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu quero pegar num primeiro momento, Deputado Temer, o plano político e administrativo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Da organização.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nesse segundo momento, nós vamos ter o segundo momento, nós vamos chamar, assim, o plano mais jurídico,



policial, investigativo e tal. Evidentemente não se vai deixar de fazer isso daqui. Mas eu quero primeiro ter uma idéia global da questão político-administrativa. Num segundo momento, nós entramos nessa... E vão aparecer certamente muitos casos, não só os dos procuradores que poderão vir aqui. Peço a V.Exa., porque no requerimento de V.Exa. não constavam os nomes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas é bom registrar, Sr. Presidente, que os procuradores são conhecidos, sabidos e nominados nas procurações em que atuaram. O requerimento diz respeito aos procuradores que atuaram nessa matéria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas precisamos ter os nomes dos procuradores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – A assessoria é exatamente para isso, para subsidiar. Por isso nós temos assessoria.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Obtenha V.Exa. o nome do assessor e coloque-o no seu requerimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Queria só registrar que as motivações do PROER estão também consubstanciadas nos processos de dificuldade daqueles bancos. E um dos segmentos da sociedade que mais atuou na investigação da motivação e também do acobertamento pelo PROER foram os procuradores. Portanto, eles são tão importantes para nós, que não temos conhecimento do todo neste momento para compreender a atuação do porquê do PROER, também das fraudes do Banco Nacional, que vinham desde 89 emitindo várias operações fraudulentas e acobertadas do balanço. E o inquérito deixa isso muito claro: as fraudes do Banco Econômico e as transferências que o Ministério



Público identificou para coligadas. Tudo isso foi acobertado. Por isso, Sr. Presidente, nosso Requerimento nº 23 é tão fundamental quanto esse daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Vou fazer uma sugestão e um encaminhamento. É evidente que esses fatos são públicos, têm publicidade e teremos a acesso a eles. É necessário que se cumpra uma etapa básica e primária. Ou seja, levantar todos procedimentos em tramitação em todas as procuradorias regionais. Então, diante disso, se não houver objeção de V.Exa., sugiro o seguinte: ontem, antes mesmo de formalizarmos a aprovação desse requerimento, nós já estivemos no Ministério Público, e o procurador já se dispôs, com a maior brevidade possível, a nos passar todas as informações. Acredito que já a teremos oficialmente na próxima semana. Poderemos, em cima desses nomes e de todos os procedimentos existentes, deliberar sobre os nomes, se eles serão ou não convocados à Comissão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Sr. Presidente, quero continuar com a palavra para argumentar. Em primeiro lugar, não estou interessado — e sou um dos autores do requerimento — nessa fase em convocar todos os procuradores em todas as Unidades da Federação que trataram de questões criminais contra o PROER. Quero ter resultados eficazes, tanto na perspectiva que acho legítima e correta, e com a qual quero colaborar, do Relator, que é a de buscar alternativas para a questão político-procedimental, o que poderíamos ter feito, como corrigir, para que se outra crise financeira vier a ocorrer, como é que viremos a ... Então, eu tenho inteiro acordo de que esta CPI também tem que estar voltada para isso. Mas é indiscutível que a CPI não foi pedida por causa da decisão política sobre o PROER. Se me perguntarem se sou a favor do PROER, vou perguntar: Qual o PROER? Qual



o tipo de... Se nós analisarmos as três intervenções, a do Banco Econômico, a do Banco Nacional e a do BAMERINDUS, verificaremos que há três soluções absolutamente diferentes. Então, não há nem como falar que seja uma coisa só. Os coisas foram criados pelas circunstâncias e pela conjuntura que resultaram, inclusive, pelo hábito de o Banco Central agir por sua própria vontade, nessa operação estranhíssima do Marka e FonteCindam, em que o Ministro da Fazenda, sentado dentro do Banco Central, não sabia que na sala ao lado estava sendo entregue um 1 bilhão e meio para dois bancos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Na mesma sala.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu digo na sala ao lado. Não quero dizer que foi na mesma sala. Aí, ele é cúmplice. Como acho que ele estava na sala ao lado, ele não é cúmplice. Então, objetivamente, para nós é fundamental que haja, sim, o aspecto de informação. Até porque quero estar fundamentado para perguntar aos liquidantes e aos interventores uma série de coisas que eles teriam feito, pelas quais eu quero me fundamentar naquilo que foi denunciado no Ministério Público contra os antigos controladores. Então, eu objetivamente sugiro dois nomes. Não estou sugerindo quatro, não estou sugerindo vinte. Eu estou sugerindo dois. São dois procuradores que trabalharam diretamente no Distrito Federal nas questões, quais: no Banco Econômico, quem fez a questão patrimonial foi o Dr. Osvaldo Barbosa Silva, do Ministério Público do Distrito Federal. No caso do Nacional e do BAMERINDUS, o Dr. José Leovegildo — há mais dois sobrenomes, que eu entregarei à Comissão logo depois, e posso apurar agora —, que trataram do Nacional e do BAMERINDUS. Trabalhos heróicos, com pouca assessoria, mas que fundamentaram importantes denúncias. Então, eu acho que é importante isso. O



Relator vai entender o momento de convocá-los aqui. Eu acho que é útil para nós. Vai ser necessário. Pode estar certo, Relator, a partir do depoimento, que amanhã será dado pelo Dr. Gustavo Loyola, as duas coisas vão marchar **pari passu**, tanto o interesse na questão política e da instalação, quanto na questão das irregularidades, que geraram aquela decisão. Não há como separar para uma segunda fase. Então, eu queria insistir nesses. E na questão dos economistas, estou de acordo com os dois nomes. Todos os quatro nomes, inclusive, vejo um equilíbrio e acho importante. Agora, para mim, eu acho que seria fundamental, eu tenho o maior respeito: Dércio Munhoz e Reinaldo Gonçalves. O Reinaldo Gonçalves é meu amigo particular e uma pessoa profundamente conhecedora do sistema financeiro. Agora, se for para botar, digamos assim, equilibrados pessoas, dois economistas que fazem uma análise favorável do PROER, dois economistas que fazem uma análise diferenciada e oposta, para mim, é essencial colocar o nome do Carlos Eduardo Carvalho, porque é alguém que está preparando um livro sobre isso, está voltado para isso. Então, eu sugiro que no lugar de um dos dois, do Reinaldo Gonçalves, nessa primeira fase, ou Dércio Munhoz, o Carlos Eduardo Carvalho. Se for o caso, como foi a brava Deputada, aqui, Rita Camata, que convidou o Dr. Dércio Munhoz, podemos substituir o Reinaldo Gonçalves pelo Carlos Eduardo Carvalho. Eu tenho a impressão de que nessa questão do PROER ele será de muita utilidade para nós.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. está propondo a substituição do Reinaldo Gonçalves pelo Carlos Eduardo?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Se V.Exa. vai convidar quatro, eu estou querendo aqui mostrar...



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Tem mais alguns aqui.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Se for para substituir um...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Vamos acrescentar o Carlos Eduardo Carvalho. Acrescentamos. Eu vou concordar com a colocação dos dois procuradores, para depois a gente ver em que posição a gente coloca. Mas com esse argumento — que me parece um argumento lógico —: no momento em que os interventores e liquidantes estiverem participando, talvez os procuradores possam ter alguma visão interessante, que haja algum confronto. Mas não vamos passar disso. Nós já estamos chegando a quase vinte e oito. Vinte e oito vão significar quase dois meses. Nós já comemos — desculpe a expressão — meio mês. São dois meses e meio. Eu não quero lembrar que, formalmente, nós temos cento e vinte dias. Então, é lembrar isso para que depois a gente não fique sem dar andamento e depois dizer que não há mais tempo, não há o que fazer mais. Então, eu quero deixar isso bem claro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, eu concordo com os dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Deputado Márcio Matos, João Fortes e depois o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Concordo com o Dércio Munhoz e com o Dr. Carlos Eduardo Carvalho.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Sr. Presidente, Sr. Relator, na concordância geral, com a lista proposta, do Requerimento 32, eu queria sugerir — porque estou lendo aqui, Marcos Catão Magalhães Pinto, acho que é importante, tendo em vista que era o controlador do Banco Nacional, à semelhança do Ângelo e



do José Eduardo também — mas talvez o executivo que estivesse na presidência do banco naquele momento fosse mais interessante, quer dizer, o Arnaldo Oliveira, que tinha saído do City Bank...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Arnaldo Oliveira?

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – É. O Presidente do Banco Nacional. Por acaso, eu não sei qual são os executivos que dirigiam os outros bancos. Por isso, não menciono.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eles tinham constitucionalizado a direção.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – A família Magalhães Pinto tinha se retirado, havia anos, dos atos de gestão do Banco Nacional.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nós podemos chamar no mesmo dia os dois talvez.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Talvez. Quem sabe? E queria sugerir também...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Arnaldo Oliveira?

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Arnaldo Oliveira. Isso eu me lembro com clareza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Conclua.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – E queria, **data venia**, sugerir a não inclusão do ex-Ministro Marcílio Marques Moreira, tendo em vista que ele está completamente fora do assunto, é Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no momento, não tem nenhuma participação com isso, não me lembro que tenha tido papel ativo ou passivo no caso do PROER.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – No caso do PROER ele teve antecedente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não, não. Não teve não. Mas como especialista. Eu imaginei que fosse um especialista.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – É um generalista.

A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA – Acho que aprovando essa relação isso não impede o decorrer do processo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu posso até conversar com ele, se ele não se sentir constrangido. Como ele é um especialista, nós não o estamos convocando, ele não é testemunha. Se ele não se sentir em condições disso, a gente...

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Queria sugerir ao Relator que tivesse uma conversa prévia com o ex-Ministro Marcílio Marques Moreira antes da formalização do convite.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Deputado Ivan Valente, por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta. É a seguinte: desde que o Relator concordou com a convocação também dos procuradores sugeridos aqui, eu pediria que também na ordem de convocação a gente fizesse uma mediação entre as pessoas que vão dar informação para a Comissão, recuperar a memória etc., e a presença dos procuradores. Eu queria que eles estivessem numa ordem também prioritária, porque além de terem recebido informações do próprio Banco Central, acionados pelo próprio Ministro Malan, em



alguns casos, eles também fizeram investigações. Eu acho que o papel da CPI é também investigar, fazer seu papel. Pode requerer, inclusive, quebra de sigilos etc. Então, eu pediria que a gente pudesse aprovar também a presença dos procuradores numa segunda ou terceira reunião que nós façamos no processo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deputado, V.Exa. me desculpe, mas eu acho que aí nós vamos transformar esta Comissão...Vamos procurar fazer o máximo possível de uma visão política administrativa da questão. E vamos um pouco mais adiante. Nós já concordamos em colocar nessa primeira fase. Daqui a pouco nós vamos conversar com o procurador aqui.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Pode ser que ela até se encaminhe assim, mas eu quero manifestar...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas não vamos começar assim.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Deputado Goldman, com todo respeito a V.Exa., que está começando um trabalho de Relator, de forma muito positiva. Agora, com todo respeito, é evidente que os membros desta Comissão, Parlamentar de Inquérito, da base de Governo, vão desempenhar um papel de tentar buscar formas de correções políticas e administrativas para esse processo. Nós da Oposição — aliás, coincidentemente, os três que encabeçaram, junto com Berzoini, o Sindicato dos Bancários, em São Paulo — éramos, digamos assim, as pessoas que mais intensamente trabalhamos nisso. Nós trabalhamos por causa da denúncia de irregularidade. O que se colocavam ali eram bilhões de reais quando o real valia um dólar. Então, pra nós é indispensável...Eu entendo V.Exa.. Agora, faço um apelo para que V.Exa. nos entenda, porque é inevitável que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha os dois caminhos paralelos. Porque se colocamos o administrativo



com cento e vinte dias e consideramos que as propostas políticas e administrativas sejam suficientes, esta CPI poderá votar, por maioria, às vésperas do Natal, seu encerramento com excelentes propostas políticas e administrativas, sem que tenhamos chegado àquilo que pode ser. Aliás, para nós, tomara que não seja. Eu quero é que se prove a inocência de todo mundo. Quer dizer que não tem predisposição?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deputado, eu concordei com a proposta de V.Exa. de colocar os Procuradores. Eu concordei com isso e vou procurar, da melhor forma possível, ordenar isso aqui. Agora, se nós tivermos que ordenar, que começar a discutir a ordenação de trinta pessoas aqui vai ser difícil a gente chegar a alguma conclusão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Só estou discutindo o escopo, só estou discutindo o escopo. No escopo nós dois temos de ter a certeza de que nós temos que marchar... A preocupação de V.Exa. é correta, marche com ela.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nós estamos colocando essa primeira fase. Certamente, eles não virão depois do Ministro da Fazenda, depois do Presidente da Banco Central, não virão. Agora, nós autorizem que a gente movimente isso dentro dessa primeira fase. Já foi a minha concordância com V.Exa. Senão, a gente vai começar a chamar o delegado da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas qual é o encaminhamento do Relator, Sr. Presidente? Eu peço que o Relator, então, encaminhe. Em relação à proposta que foi feita, qual é a proposta de V.Exa.?



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Essa que está aqui no requerimento com os acréscimos, que acabei de concordar, das diversas propostas que foram feitas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – No requerimento não constam os Procuradores.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não constam.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. só absorveu.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Acabei de concordar com os Procuradores, Deputado. Acabei de concordar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sim. Mas a ordem não está discutida.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A ordem já não é essa. Aqui, não estipula uma ordem, estipula apenas uma convocação. Eu procuro fazer uma ordem aproximada. Mas não é uma obrigatoriedade essa ordem que está aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Concordo plenamente. Mas Deputado Goldman, Deputado, eu só queria que V.Exa. entendesse o espírito da proposta que foi feita em relação aos procuradores. Porque se os procuradores forem chamados lá no final, depois, eu acho que perde o objetivo da convocação, quer dizer, inviabiliza a Comissão trabalhar com elementos. A Comissão tem de trabalhar com elementos, com subsídios. Todos os setores podem trazer subsídios, mas de forma diferenciada. Um economista vai trazer um tipo de subsídio de cobertura. O Procurador que investigou, que foi acionado pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central vai trazer um outro tipo de contribuição. Nós precisamos alternar essas contribuições. É nesse espírito que nós fizemos a proposta. Aí, eu peço que a gente entre nessa direção.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Deputado Valente, um aparte. Esses promotores, que papel que eles exerceram, que tipo de ação que eles propuseram, se alguém poderia me...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Posso esclarecer?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Só para ajudar. Os procuradores fizeram auditorias, eles fizeram inquérito, eles receberam documentos...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sobre o PROER ou sobre os atos do PROER?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – As duas coisas: sobre o PROER, sobre o que motivou o PROER e sobre as operações fraudulentas praticadas nesses bancos antes do PROER e Investiga os responsáveis...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Tem o antes, tem a concessão e depois tem a administração do dinheiro recebido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não, não. Ele identifica a fraude, identifica o montante de recursos, aponta os responsáveis e propõe ações civis e criminais contra os responsáveis. Portanto, é fundamental, porque a natureza da CPI é exatamente levantar investigação. Se fosse para propor apenas correção, nós faríamos uma Comissão Especial. Então, seria CPI. O objetivo da CPI é investigar. Não é apenas uma Comissão Especial para propor correções futuras. Nós queremos ter propostas para ações futuras, conforme o Sr. Relator está propondo, mas não podemos abrir mão também da nossa função de identificar as causas que provocaram essas irregularidades.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Se há fraude ou dolo, sem dúvida alguma, é papel nosso e de todo mundo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não só isso. O Banco Nacional fraudava os seus balanços desde 1989. Todos os balanços, que é algo em torno de setecentas contas fraudulentas, comprovadas pela auditoria do Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Estão sendo devidamente acionados na Justiça por isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu queria fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu tenho procurado fazer isso de uma forma bastante ampla, sem restringir limites. Mas eu quero ler os termos do requerimento da CPI aqui para que a gente tenha uma clareza. "Requeremos, nos termos do art. 58, culminado 21, instalação da CPI, prazo de 180 dias, no interesse da vida pública e da ordem legal econômica, para apurar, no interesse na vida pública e da ordem econômica, a correção dos procedimentos adotados pelo Banco Central do Brasil na fiscalização e controle das instituições financeiras citadas nesse requerimento, bem como a participação das autoridades responsáveis pela política econômica governamental nas decisões sobre os bancos." Ela tem uma característica essencialmente política a correção dos procedimentos adotados pelo Banco Central do Brasil na fiscalização e controle.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Esta é a segunda parte do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu não estou limitando isso.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – A primeira parte, Sr. Relator, é exatamente o papel do Banco Central, que é fiscalizar, que é auditar e punir.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É o que eu estou fazendo, procurando fazer exatamente isso. Todos os convites estão sendo feitos para isso. Eu não estou restringindo. Agora, eu quero, primeiro, ter uma visão política, administrativa do funcionamento do Banco Central, do que levou ao PROER, de todas essas questões para a gente poder entrar depois, imediatamente, numa visão mais investigatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Buscando respeitar a ordem dos escritos, Deputada Rita Camata, por favor.

A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA – Eu queria só...Conforme a discussão está caminhando, eu acho que é por aí. A gente tem que ver o funcionamento do papel do Banco Central, sim. Isso não impede — eu estou entendendo, assim, como o Relator está colocando — de, após ouvirmos alguns informantes, que seriam esses especialistas que nos trariam um pouco dessa história e do papel do Banco Central, nós ouvíssemos os procuradores. Eu acho que não há conflito no que está se colocando entre o Relator e entre os Deputados Ivan, Temer e Pimentel. Eu não estou vendo conflito. Portanto, eu acho que essa coisa está equacionada. E eu entendo que o papel da Comissão... Os procuradores podem ter muito a contribuir com o papel nosso, na CPI. Só que eles não seriam os dois, três primeiros convidados. Então, essa é a compreensão nossa, acho que tem que ser por aí o trabalho. E já entendendo que os requerimentos meus estão praticamente incorporados na proposta do Relator, eu queria pedir licença ao Presidente da Comissão, porque tanto eu como o Deputado Ivan Valente vamos sair agora para



uma audiência, já atrasados, com o Ministro da Educação para ver se a gente consegue uma negociação com o movimento de servidores das universidades, que estão paralisadas há alguns dias, quase meses. Então, pedir licença para nós estarmos agora com o Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Concedido. Boa audiência. Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Presidente, eu queria pedir autorização a V.Exa. no sentido de colaborar com os trabalhos. Eu estou entregando à Secretaria a relação que formalmente o procurador, membro do Ministério Público do Distrito Federal, Osvaldo Barbosa Silva, me enviou, com todos os detalhes, para que todos tenham conhecimento aqui de onde estão os processos patrimoniais e os criminais, organizadamente. Eu pedi à Secretaria e estou comunicando a V.Exa. para distribuir a todos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu também, na mesma linha da Deputada Rita, entendendo que não há divergências de fundo nessa questão, apenas, talvez, desentendimento quanto à forma de organizar essa ordem, se o Relator pudesse preparar uma proposta de ordem para que nós pudéssemos, a partir dessa proposta, eventualmente, verificar se há algo que seja divergente de fato e não apenas divergente do ponto de vista de uma colocação cronológica imediata. E trabalhar, Relator, com a perspectiva de que nós possamos ter, de fato, essa fase inicial de levantamento de informações mais do ponto de vista técnico e até histórico, um levantamento dos procedimentos que foram já feitos pelo Ministério Público, o que vai nos economizar tempo e energia, evidentemente — não somos obrigados a adotar como verdade o que foi apurada por eles —, e na terceira fase



buscar a fase que estabelece novas informações, o contraditório, a possibilidade de haver interpretação divergente entre pessoas que estavam com o mesmo ponto de vista naquele momento e buscar, a partir daí, informações que possam contribuir tanto para a apuração de responsabilidades, como para a proposição de mudanças que possam de fato atender o interesse público.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só como informação do que eu estou pensando, na realidade, parece-me que seria aconselhável chamar os procuradores, logo depois que os interventores liquidantes dêem a sua visão, a sua posição do que encontrar no banco. Chamem os procuradores para eles fazerem quase que um elemento crítico em seguida, em função daquilo que foi encontrado, o que eles encontraram também, o que eles mandaram para a Justiça, o que não mandaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Deputado Hauly, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a minha visão — e quero deixar bem claro — quer dizer, o que é o PROER? Como é que ele foi constituído? Em que conjuntura econômica do Sistema Financeiro Brasileiro, do Sistema Financeiro Internacional? O que representa isso em outros países? Quais foram as soluções adotadas? Uma análise comparativa também e depois analisar a execução do PROER nesses últimos anos, cada operação. Se há fraudes na captação dos recursos; se há fraude ou dolo na aplicação desses recursos e na devolução desse dinheiro para o Banco Central e, conseqüentemente, ver que expectativa tem de prejuízo para o Erário, para o Tesouro Nacional. Então, eu acho que o que há de comum aqui... Eu tenho conversado com o Temer outro dia e ele me perguntou: “Qual vai ser teu papel na



Comissão? Papel de governista?” Eu falei: “Não. O papel de interesse de todos nós, do Governo e da Oposição, é o papel institucional de fiscalizar. Primeiro, eu não tenho dúvida, pessoalmente, da necessidade do PROER como um programa de sustentação do Sistema Financeiro Brasileiro, a exemplo do que acontece em outros países. Daí em diante, é necessário que a Comissão veja os dois lados, os dois ângulos da Constituição, da formação, o momento econômico e análise comparativa de procedimentos em outros países. Depois, nós vamos para os casos de PROER. Se o banco vinha fraudando, isso é grave. Havia conivência ou não de agentes públicos nesse processo? Até que ponto nós podemos avaliar e analisar e julgar o mérito desse procedimento, a captação e depois a aplicação desse recurso e o prejuízo ou não que se vai dar ao Banco Central e, conseqüentemente, ao Tesouro no final da história. Então, deixar bem clara essa posição, que eu acho que é de comum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Diante do que foi discutido, nós vamos deliberar da seguinte maneira: além dos nomes já apresentados pelo Relator, insistindo para que não se crie o precedente, que foi um erro, na inclusão do Dr. Luiz Carlos Alvarez, nós vamos agora incluir mais quatro nomes: dois procuradores, reiterando que nós já estivemos no Ministro Público junto com o Deputado Batochio e o Deputado Goldman solicitando todos os procedimentos existentes, inclusive os que eventualmente não sejam de natureza criminal. Como nós fomos informados de dois nomes, e esses nomes foram consensuais, então, serão acrescentados Dr. Osvaldo Barbosa Silva e Dr. José Leovegildo. Da mesma forma, a convocação dos Srs. Carlos Eduardo Carvalho e Dr. Maurício Schuman para participarem. Então, eu sugiro o seguinte procedimento...



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, faltou Pêrsio Arida, que eu sugeri também, que foi Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Ele já consta no requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Ele consta neste requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – É.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O Maurício Schulman não era mais Presidente do BAMERINDUS quando da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – FEBRABAN. Foi outra a sugestão. O Dr. Pêrsio Arida já constava nos requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, isso fica como sugestão, como proposta do Sr. Relator, que será votada e posteriormente formalizada. Deputado Batochio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente, nossa estada ontem no Ministério Público, que entendi foi bastante oportuna e proveitosa, sugeri, lá mesmo, no ambiente da Procuradoria-Geral da República, a exemplo do que aconteceu com outras CPIs aqui na Casa, a possibilidade de nós solicitarmos ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República a designação de dois procuradores da República para acompanharem os trabalhos desta CPI, participando das sessões, inclusive, intercambiando informações, levando, digamos assim, o que se traz aqui durante as sessões para o seio dos procedimentos que o Ministério Público desenvolve perante o Poder Judiciário. E trazendo também, na medida em que vão aparecendo as conexões e o interesse do que lá já existe, para cá, para nosso



conhecimento. Penso que não há prejuízo. Ao contrário. Seria apenas oportuna essa providência. Além do mais, Sr. Presidente, a presença de dois procuradores da República aqui não se trata de tutela dos nossos trabalhos. Isso já aconteceu lá na CPI dos Precatórios, no Senado Federal, com grandes resultados, porque se estabelece um elo permanente de comunicação. Além disso, a presença do Ministério Público aqui, conferira também para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, digamos assim, uma agilidade maior, a meu ver, além de, tenho impressão, satisfazer uma certa expectativa da sociedade, se bem me entende V.Exa. De modo que, fica aí a sugestão. Senão for acolhida, requererei, formularei requerimento nesse sentido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Também a favor, consultando o Sr. Relator, incluir nesse requerimento, que será oportunamente formalizado. Portanto, coloco em discussão, em votação a proposta do Sr. Relator incluindo os cinco nomes, bem como incluindo a sugestão de acompanhamento por parte do Ministério Público independente da solicitação, a ser enviada, com relação a todos os procedimentos já instaurados no País. Em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Coloco também em discussão, em votação, tendo em vista que vários requerimentos já foram contemplados pela proposta, os requerimentos referentes à informação, só para cumprir o dispositivo regimental, com relação às suas deliberações. “Requerimento nº 15/01 e 16/01, do Deputado José Pimentel, que requer seja oficiado ao Ministério Público Federal para que encaminhe a esta Comissão cópias dos inquéritos ou outros processos pertinentes, em curso ou concluído.” Consulto V.Exa., entendendo que já está contemplado na deliberação do Relator.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Este requerimento solicita os inquéritos civis e criminais que o próprio Ministério público... Já está em procedimento. No requerimento do Item 30 aqui, pelo que está posto, é somente convocação de pessoas. No mesmo sentido, há o requerimento do Deputado José Batochio, lá na frente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – O 29.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Também o de nº 29, não é isso? Aliás, o do Deputado José Batochio é o item...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – 29, nº 31/01.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nº 31/01. Os dois requerimentos têm o mesmo teor. Eu acho que nós poderíamos unificá-los, votá-los juntos e a nossa Secretaria expediria os ofícios.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ao Ministério Público Federal, aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu faço a seguinte sugestão — apesar de ser inclusive sugestão do Relator —: votarmos o 3 e o 29 para que não haja...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – 15 e 29, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, em discussão o Requerimento nº 15/01, que é o item 13 da pauta. Daí, a confusão que fiz. Em discussão e votação o Requerimento nº 31, que é o item 29 da pauta. Não havendo discussão, em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 17, que é o item 15 da pauta, do Deputado José Pimentel e outros, que solicitam ao Sr. Ministro de Estado da



Fazenda cópia da decisão do Conselho Superior de Recursos do Sistema Financeiro que especifica. Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, esse requerimento pede cópia da decisão do Conselho Superior de Recursos do Sistema Financeiro, que resolveu declarar que o Sr. Ângelo Calmon de Sá não cometeu nenhum erro durante toda a sua vida de banqueiro. É uma decisão que o próprio Banco Central havia se insurgido contra. Mas como esse Conselho está acima do Banco Central, nós queremos cópia para analisá-la. Ou seja, há uma decisão do Banco Central incriminando o Sr. Ângelo Calmon de Sá, denunciando e, em seguida, este Conselho resolve deliberar simplesmente cópia do documento para que nós possamos analisá-la e não ficarmos apenas com matéria, que até saiu na imprensa, que é de amplo conhecimento de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Para discutir, com palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 18, item 16 da pauta, do Deputado José Pimentel e outros, que requerem seja encaminhado solicitação ao Senado Federal de cópia do relatório dos consultores independentes contratados pela CPI dos Bancos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) –Também reitero, para cumprir toda a nossa formalidade, que também já foi expedido, inclusive, ofício ao Senado. Mas está em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Eu queria só registrar que V.Exa., nobre Relator,..

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O parecer é favorável.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - ...com inteligências prévias, já solicitou. Portanto, a gente aprovaria só como proposta.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – O parecer do Sr. Relator é favorável. Em discussão, em votação. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 21, item 19 da pauta, do Deputado José Pimentel, que solicita ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União a remessa de todos os relatórios e auditorias realizadas pelo Tribunal relativamente ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro, o PROER. Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, esse requerimento diz respeito à cópia das auditorias realizadas pela Secretaria Federal de Controle Interno relativos ao PROER. É o de nº 20. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – É o nº 21, item 19 da pauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Está indo direto para o 21, porque havia o anterior, o 20, que a Secretaria Federal de Controle Interno tem uma série de documentos sobre isso. O de nº 21, Sr. Presidente, ele solicita uma série de documentos todos referentes ao PROER. São informações já produzidas pelo



Tribunal de Contas da União, sei que o Sr. Relator já teve inclusive a iniciativa de solicitar juntamente com a Presidência, e vai no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Em discussão o Requerimento nº 20, item 18 da pauta, do Deputado José Pimentel, que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda cópias de todos os relatórios, inspeções e auditorias realizadas pela Secretaria Federal de Controle interno relativamente ao PROER. Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, para subsidiar as ações do TCU, a Secretaria Federal de Controle Interno também fez uma série de levantamentos. E como esses documentos são internos da Secretaria Federal de Controle Interno, nós estamos solicitando cópias dos mesmos. Não são documentos não, são documentos já produzidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Informo que o Requerimento nº 19 já se encontra contemplado, também de autoria do José Pimentel. Em discussão o Requerimento



nº 22, item 20 da pauta, do Deputado José Pimentel, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre posição atual do PROER. Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, esse requerimento é desdobrado em alguns itens e diz respeito... São cópias dos contratos de financiamento, o primeiro item, tendo em vista que existe uma série de dados que precisam ser analisados, particularmente para nós compreendermos as garantias oferecidas. O item 2 diz respeito aos valores dos recursos liberados, os juros e encargos praticados. O item 3, informação da natureza nas garantias prestadas pelas instituições. O item 4, especificação do valor das parcelas pagas. O item 5, no que se refere às parcelas vencidas e não pagas, discriminação. Item 6, esclarecimento circunstanciado sobre as perspectivas de recebimento desses créditos — o balanço do Banco Central último já faz uma análise sobre isso aqui. O item 7, cópia dos relatórios completos de auditorias independentes realizadas nas instituições. Item 8, cópia dos relatórios completos e auditorias realizadas pelo Banco Central do Brasil. Quero registrar, Sr. Presidente, que já havíamos feito, como Parlamentar, solicitação destes dados. Recebemos, mas, como não pertence à CPI e como eu não quero que os documentos cheguem por maneira transversal, estou repetindo o mesmo requerimento que já tínhamos feito em data anterior pra subsidiar os nossos estudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Até cumprimentando o Sr. Deputado Pimentel, pelo respeito ao sigilo, pelo jeito das informações. Muito bem. De acordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em votação. Os Parlamentares que aprovam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Agora, em discussão o Requerimento nº 29, item 27 da pauta, do Deputado José Pimentel, que solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda cópias dos relatórios das comissões de inquérito realizadas pelo Banco Central, com o objetivo de investigar as causas que levaram à deterioração financeira do Banco Nacional e do Banco Econômico. Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, a Lei do Sistema Financeiro 4.595, obriga o Banco Central, toda vez que determina uma administração especial, uma intervenção, constituir essa comissão parlamentar, de inquérito. Portanto, é um pré-requisito para a operação do Banco Central junto a cada banco. Estou limitando a dois, depois poderemos até ampliar, se porventura julgar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Em discussão o Requerimento nº 31, item 29 da pauta, do Deputado José Roberto Batochio. Não, esse já foi objeto de deliberação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Foi deliberado em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, fica faltando um requerimento, que é o Requerimento nº 3, item 3 da pauta, do Deputado Milton Temer, e outros que requerem a convocação do Sr. Pêrsio Arida, ex-Presidente do



Banco Central do Brasil, para prestar depoimento, na condição de testemunha. Em discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Antes de encerrar, por favor, faltam dois requerimentos que devem constar também.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quero fazer uma declaração rápida, porque eu tenho uma experiência nesta Casa em dois mandatos de excelentes encontros/confrontos com o Deputado Goldman, em várias Comissões. Mas eu quero dizer que tenho certeza de que os dois, nesse caso aqui, vão trabalhar com a sua perspectiva, com toda a transparência.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não, e depois que o Shimon Peres e Arafat estão se encontrando lá hoje, se encontraram, fizeram um acordo...Se eles podem fazer, por que nós não podemos?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, tenho certeza de que o Deputado Goldman, quando cita Shimon Peres, de propósito, esquece-se de Ariel Sharon, o que eu tenho acordo também com ele.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Faço questão de esquecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Faltam dois requerimentos ainda que devem constar. Os dois de autoria do Relator, Deputado Alberto Goldman. Requerimento nº 10, que requer informações ao Procurador-Geral da República. Como só o autor e o Relator discutem, em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. E o Requerimento nº 11, também do Deputado Alberto Goldman, que requer informações ao Presidente do Tribunal de



Contas da União. Em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Antes de encerrar, quero reiterar que amanhã, às 9 horas — e faço questão, até por sugestão do Relator, vamos procurar obedecer aos horários —, está marcada audiência com o Dr. Gustavo Loyola, no Plenário 11. E, por ser audiência, é possível abrir os trabalhos, mesmo que nós não tenhamos número regimental. Então, peço, por favor, encarecidamente, o respeito ao horário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar esta sessão, gostaria de comunicar a V.Exa. que amanhã não poderei estar presente, por razões já expostas pessoalmente a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – O Yom Kippur?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não, quase. *(Risos.)* Então, já me justifico e vou naturalmente avisar o meu bloco parlamentar para que o suplente esteja aqui.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu queria também fazer... Sr. Presidente, me permite, por favor. Eu queria solicitar uma autorização da Comissão pra me ausentar na primeira semana do mês de novembro, finalzinho de outubro, começo de novembro. A semana em que nós temos a semana de finados. Eu preciso tirar uma semana pra ficar fora. Então, eu queria... Claro que se a Comissão quiser trabalhar, vai trabalhar normalmente. Apenas eu vou pedir autorização aos companheiros que me autorizem essa ausência naquela semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco reunião de audiência pública, a realizar-se amanhã, dia 27 de setembro, Quinta-feira, às 9 horas, no Plenário 11, com a



presença do Sr. Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central do Brasil. Está encerrada a reunião.